ATA N.º 38

SESSÃO ORDINÁRIA

2ª. REUNIÃO - 20/12/2016

- Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, no salão nobre do edifício-sede da União de Freguesias, na Rua Cândido dos Reis, número 545, em Santa Marinha, presidida por Salvador Pereira dos Santos, coadjuvado por Augusto José Conceição Soares e José Maria Moreira, respetivamente 1.º e 2.º Secretários. ----------

- **Registou-se a presença dos Deputados**: (**do PS**) – Salvador Pereira dos Santos, Maria Rosa Azevedo do Novo, Adelino José Moreira de Araújo, Augusto José Conceição Soares, Margarida Maria Gomes Ferreira, José Maria Moreira e Sónia Cristina Roseira e Cunha; (**do PSD**) – Joaquim Magalhães Leite, Alberto Amílcar Moreira de Araújo, Anabela de Almeida Carriço, José Ferreira da Costa e Rosa Joana da Silva Neto Aires; (**do CDS/PP**) – Artur Fernando Ramalho Pacheco Pereira de Oliveira; (**da CDU**) – Francisco José Marques Crista e José Carlos Soares Simões Costa; (**do BE**) – Filipa Marlene Mendes da Costa; (**IND**) – Eduardo José Moreira Matos. ----------

- **Registaram-se as seguintes faltas justificadas:** Rita Isabel Azevedo Rola, do PS, e Maria de Assunção dos Santos Carvalho, do CDS/PP. ----------

- **Registaram-se as seguintes substituições:** Maria José Fonseca Pinto Alves e Joana Raquel Martins Carvalho, do PS, apresentaram pedidos de substituição, dando assim lugar a José Maria Moreira e Sónia Cristina Roseira e Cunha, do PS. Luís Gonzaga Araújo de Magalhães, Ana Isabel Rodrigues de Oliveira Sousa, Maria Amélia Ferreira Azevedo e Lúcia da Silva Soares Oliveira, da CDU, apresentaram pedidos de substituição, dando assim lugar a José Carlos Soares Simões Costa, da CDU. ----------

- **Do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes**: Presidente: Manuel Paulo Jesus Lopes; Secretário: José Raimundo Moreira Filipe; Tesoureiro: Mário Vicente Sousa Silva Reis; e os Vogais: Agostinho da Silva Viana, José Manuel Neto Cacheira, António Júlio Santos da Silva Coelho e Armando Cândido Pereira Lopes. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, verificando-se o pedido de substituição da 2ª. Secretária da Assembleia, Joana Raquel Martins Carvalho, convidou o Deputado José Maria Moreira a assumir nesta reunião o lugar de 2º. Secretário da Mesa, a que este anuiu, dando de seguida início à **ORDEM DE TABALHOS**. ----------

1.INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **O CIDADÃO ALEXANDRE VALENTE DA SILVA** começou por considerar deplorável o estado em que se encontra o Jardim do Morro e lamentável o facto de as retretes e balneários vizinhos se encontrarem encerrados aos fins-de-semana. Sublinhou que aquela zona é visitada diariamente por inúmeras pessoas, com uma maior afluência aos sábados e domingos, sentindo-se por vezes envergonhado por assistir à aflição de muitos turistas que não têm onde satisfazer as suas necessidades fisiológicas. Pediu, por isso, a intervenção da Junta na resolução deste problema, chamando depois a atenção para outas situações negativas que se vivem naquela zona alta de Santa Marinha, nomeadamente no largo do Mosteiro da Serra do Pilar, onde se confrontou recentemente com uma caixa de eletricidade aberta e um grande número de lajes de granito partidas. Afirmou depois que estes exemplos de desleixo e incúria se estendem também à marginal, onde o espelho de água que por lá existe deixou há muito de servir o fim para que foi criado, ou à rua da Fervença, onde se mantém há meses um muro de granito em vias de ruína e um lampião que continua sem dar luz. E, a terminar, considerou que é com a resolução agregada destas coisas pequenas e aparentemente insignificantes, como a falta da limpeza de silvas em vários terrenos locais, que se fazem os grandes trabalhos. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao cidadão **Alexandre Valente da Silva**, reconheceu a pertinência das questões por ele trazidas à colação, afirmando, no entanto, que todas elas estão identificadas e foram já objeto de relato à Câmara Municipal, entidade que tem competência para assegurar as respetivas resoluções. Ressalvou, no entanto, que a questão do espelho de água é da responsabilidade direta da empresa concessionária do Cais de Gaia, espaço tutelado pela Administração dos Portos do Douro e Leixões. Assegurou uma nova insistência junto da Câmara no sentido de que estes assuntos sejam definitivamente resolvidos, comprometendo-se, entretanto, a avaliar se as Brigadas de Rua da Junta têm condições para minimizar alguns dos problemas elencados até que os serviços municipais intervenham. E, a terminar, agradeceu as chamadas de atenção feitas por este concidadão. ----------

2.LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 13.12.2016

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de dar conhecimento da receção de dois pedidos de alterações de última hora à Ata em apreciação, decidiu retirar o documento da Ordem de Trabalhos para reanálise e discussão futura. ----------

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO / ORGANOGRAMA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUNTA DE FREGUESIA

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, atendendo à urgência da aprovação do documento em apreciação, que se junta a esta Ata como Anexo A – 20.12.2016, solicitou que ele fosse submetido a discussão e votação, sem prejuízo de o Executivo vir a acomodar eventuais alterações ao seu articulado em reunião futura da Assembleia de Freguesia, nomeadamente as que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar da CDU na reunião do passado dia treze de dezembro, entretanto já tacitamente aceites. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ COSTA**, do PSD, considerou muito pouco ortodoxa a votação de um documento que se sabe, à partida, que irá ser votado brevemente de novo, depois de introduzidas alterações, sendo que algumas delas já foram tacitamente aceites. E, a terminar, procurou saber quais as alterações propostas pela CDU que foram aceites pelo Executivo. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de um breve compasso de espera e não havendo mais inscrições para uso da palavra, colocou o documento em votação, tendo este sido **APROVADO POR MAIORIA** (votos favoráveis do PS 7, PSD 5, CDS 2, CDU 2, BE 1 = 17; abstenção do Deputado Eduardo Matos = 1). ----------

3.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2017 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO DE FREGUESIAS, QUE INCLUI AS SEGUINTES PROPOSTAS: AUTORIZAÇÃO PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICIPIO NA JUNTA E AUTORIZAÇÃO PARA A JUNTA ESTABELECER FORMAS DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** fez saber que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS propuseram, em ponto prévio, que os documentos em apreciação fossem votados em separado (Anexo B – 20.12.2016), tendo este começado por defender que aqueles documentos se complementam e se completam, enquanto ferramenta de gestão, bastando que um deles seja rejeitado para que os restantes não sejam exequíveis na prática. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ COSTA**, do PSD, manifestou a sua discordância com o Presidente da Assembleia, recordando que no passado, na antiga Junta de Freguesia de Santa Marinha, este tipo de documentos foram votados algumas vezes em separado, metodologia que lhe parece mais apropriada. E deu como exemplo o facto de, no caso em apreço, estar de acordo com o Plano de Atividades e discordar em absoluto com os restantes documentos. ----------

- **O DEPUTADO ARTUR OLIVEIRA**, do CDS, admitiu que já previa que seria esta a resposta do Presidente da

Assembleia, uma vez que adotou a mesma posição no ano transato face a uma proposta idêntica dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS. E, a terminar, lamentou que o plenário não possa discutir e votar todos os documentos ponto por ponto. ----------

- **A DEPUTADA ROSA NOVO**, do PS, concordou com a posição defendida pelo Presidente da Assembleia, acrescentando que a votação dos documentos em separado não faz qualquer sentido pelas razões por ele aduzidas. E recordou que os documentos podem e devem ser todos discutidos ponto por ponto, mas que a sua votação deve ser uma única. ----------

- **O DEPUTADO AMÍLCAR ARAÚJO**, do PSD, afirmou que está na Casa da Democracia e que, como tal, aceita o que for decidido. Adiantou, porém, que o Plano de Atividades apresentado é muito arrojado mas que, na sua opinião, o orçamento em apreço não permite a sua execução. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, em resposta aos Deputados **José Costa**, **Artur Oliveira** e **Amílcar Araújo**, depois de esclarecer que a sua opinião se baseia na sua experiência profissional e na sua formação em gestão pública, afirmou que os documentos em apreciação foram apresentados à consideração do Órgão a que preside como um corpo uno e que só alterará o processo de votação se o Executivo da Junta admitir separá-los. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA** afirmou que o Executivo rejeita a possibilidade de os documentos serem votados em separado, subscrevendo na íntegra o entendimento que o Presidente da Assembleia tem sobre a exequibilidade dos documentos se qualquer um deles for rejeitado, ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, face a esta posição do Executivo, deu sequência à discussão dos documentos em apreço de acordo com a metodologia subjacente à sua inscrição na Ordem de Trabalhos, dando de seguida a palavra ao Presidente da Junta. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA** fez a apresentação dos documentos em apreciação, que se juntam a esta Ata como Anexo C – 20.12.2016, sublinhando que estes constituem a melhor proposta do mandato por força do equilíbrio financeiro finalmente alcançado graças a uma maior realização de receitas, provenientes de uma gestão mais inteligente do Cemitério Paroquial e de um reforço considerável das transferências financeiras da Câmara Municipal de Gaia, resultantes dos acordos de Delegações de Competências e dos contratos interadministrativos entretanto celebrados com o Município. E depois de destacar este quadro financeiro, que considerou como muito mais desafogado, realçou algumas das iniciativas inscritas no Plano de Atividades, nomeadamente a manutenção do Programa MAES, as ações orientadas para os cidadãos seniores e para as famílias mais carenciadas, a constituição de uma Equipa de Rua, a reanimação do Conselho Consultivo da Juventude, a edição de um Boletim da Junta de Freguesia, a criação de uma Loja Social, a disponibilização do equipamento Cantinho do Estudo a crianças carenciadas e o alargamento do

Espaço de Leitura e Matemática a todas as escolas das duas freguesias, a remodelação dos Postos de Enfermagem, o apoio às várias festas e romarias das duas freguesias, a requalificação da Horta Urbana da Quinta da Guizanda, a manutenção dos apoios e comparticipações financeiras aos programas das instituições das duas freguesias que prossigam fins de interesse público, e a aquisição de um novo veículo automóvel com vista à implementação de um projeto denominado Carrinha das Reparações. ----------

- **O DEPUTADO JOAQUIM LEITE**, do PSD, começou por afirmar que o Plano de Atividades apresentado é revelador de que se trata de um documento de fim de mandato, prometendo mais uma vez tudo o que não fez até ao presente e acrescentando ainda mais promessas. De seguida, fez questão de desmentir algumas afirmações do Executivo sobre a inexistência de uma rede social solidária na antiga Junta de Freguesia de Santa Marinha, nos seus mandatos como Presidente, recordando que foi nessa época que se resolveu a situação lamentável de um casal que vivia nas "catacumbas" do edifício da Junta, que funcionava também como Centro de Dia, sem ter as mínimas condições para tal, função essa que foi entretanto por ele transferida para a Delegação da Cruz Vermelha. E acusou o atual Executivo de distribuir Cabazes de Alimentos no Natal e na Páscoa, mas abandonando os mais carenciados ao longo do resto do ano. Criticou depois o Presidente da Junta de se escudar frequentemente nas dívidas herdadas do passado para justificar a falta de obra realizada, esquecendo-se no entanto do extraordinário saldo financeiro que a antiga Junta de Santa Marinha deixou em cofre e em contas bancárias. Afirmou de seguida que o povo não é ignorante e já percebeu que só não houve investimentos porque o atual Executivo não teve capacidade negocial e que corre o risco de terminar o seu mandato sem uma obra que seja visível. E, a terminar, disse que a única obra que ficará deste Executivo será provavelmente a Carrinha das Reparações, que promete agora, e os Passeios de Barco da Douro Azul, que nunca farão esquecer a perda do Quiosque de Gelados que rendia mil e duzentos euros mensais à Junta, sem que a Assembleia de Freguesia fosse informada dos contornos desta situação.----------

- **O DEPUTADO JOSÉ CARLOS COSTA**, da CDU, através da leitura de uma intervenção escrita, cujo documento se junta a esta Ata como **Anexo D – 20.12.2016**, começou por afirmar que a proposta de Plano e Orçamento em apreciação enferma de um ponto de partida muito frágil e até alegadamente ferido de ilegitimidade, que se consubstancia no facto de as Contas de Gerência do ano transato não terem sido objeto de alteração para nova apreciação depois da rejeição a que foi votado. Após sublinhar que o seu Grupo Parlamentar considera aquela falha muito grave e potencialmente geradora de penalização, teceu algumas observações críticas aos documentos em apreciação, sublinhando determinados "silêncios sonoros" que na sua opinião os desqualificam profundamente e os afastam de poder corresponder às políticas cada vez mais necessárias ao bem-estar dos cidadãos das duas freguesias. E, a terminar,

esclareceu de forma pormenorizada as razões da discordância da CDU sobre aqueles documentos. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ COSTA**, do PSD, defendeu que o Plano de Atividades não passa de um plano de intenções com claros intuitos eleitoralistas, reconhecendo-o muito arrojado e ambicioso, mas sem correspondência com a realidade financeira da Junta. Chamou, porém, a atenção para o facto de trinta das iniciativas inscritas no Plano de Atividades em discussão transitarem já de Planos de Atividades anteriores, sem que tivessem sido alguma vez executadas. E deu alguns exemplos, de que se destacam as obras na sede do Rancho Folclórico da Afurada, na Quinta da Bela Vista, a implementação de um Ringue Polidesportivo da Afurada ou a requalificação da sede da Banda de Coimbrões. Sustentando que a proposta de Orçamento está fortemente inflacionado, não acreditando por isso na viabilidade da sua execução, chamou também a atenção para a diferença de alguns valores inscritos em diversas receitas previstas comparativamente ao orçamento do ano passado, nomeadamente os montantes relativos aos Acordos de Execução celebrados com a Câmara Municipal, à concessão de Jazigos do Cemitério Paroquial e aos Protocolos rubricados com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Referiu-se ainda com estranheza ao elevado aumento das despesas com Pessoal, num momento em que a Junta se vê confrontada com menos quatro funcionários, e manifestou-se também surpreendido com os encargos previstos com Regime de Permanência e com Pessoal em regime de Avença ou Tarefa. A terminar, referiu algumas medidas que visam impacto eleitoral, nomeadamente a aquisição da denominada Carrinha das Reparações e o aumento de apoios a algumas instituições e festas das duas freguesias. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **Joaquim Leite**, mostrou-se surpreendido com as afirmações por este proferidas no que diz respeito à rede social de apoio aos mais carenciados, afirmando que a Comissão Social de Freguesia já reuniu neste mandado mais vezes do que durante os mandatos dos três anteriores executivos da antiga Junta de Santa Marinha. E, sobre o alegado mau desempenho do atual Executivo nestes domínios, considerou que estava a ser posto em causa o desempenho e o profissionalismo da técnica de ação social da Junta, o que não podia aceitar, recordando que esta é a mesma pessoa que exerceu as funções de assistente social durante os três mandatos anteriores da antiga Junta de Santa Marinha e que chegou mesmo a ser membro do respetivo órgão executivo. Sobre as dívidas herdadas pelo atual Executivo, sublinhou que elas são uma dura realidade conhecida de todos e que a sua dimensão é de tal grandeza que esteve longe de ser acomodada no saldo positivo da antiga Junta de Santa Marinha. E recordou que tanto esta Junta como a antiga Junta de São Pedro da Afurada, responsável pelas referidas dívidas, eram governadas pelas mesmas forças políticas. Depois de reiterar que foi esta complicada situação financeira herdada que impediu a concretização de um maior nível de investimentos, afirmou que atualmente, e muito graças ao apoio da Câmara Municipal, já se respira uma situação financeira mais

saudável e que os investimentos podem ser finalmente "cabeça de cartaz". A terminar, regozijou-se com a parceria celebrada com a empresa Douro Azul, que possibilita de um numeroso grupo de cidadãos idosos beneficie de agradáveis passeios no rio Douro. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **José Carlos Costa**, começou por afirmar que a Conta de Gerência de 2016 não enferma de qualquer ilegalidade ou irregularidade, tendo sido entregue atempadamente ao Tribunal de Contas, que nada disse, estando absolutamente tranquilo quanto ao cumprimento dos procedimentos e requisitos legais. Afirmou-se de seguida também preocupado com as fragilidades e deficiências da rede de Transportes Públicos, assunto que não é da competência da Junta, mas sobre o qual tem apresentado pareceres e sugestões junto das instituições devidas. Sublinhou depois que a Junta tem também sérias preocupações com a precariedade laboral dos seus colaboradores, admitindo que estão agora reunidas as condições para integrar no Quadro de Pessoal todos os seus trabalhadores com vínculo precário, como foi aliás desde sempre defendido pelo PS e pela CDU no início deste mandado, quando estas duas forças políticas integravam o Executivo da Junta. Debruçou-se de seguida sobre a reforma administrativa territorial das freguesias, para recordar que a chamada Lei Relvas não tem a paternidade do PS, confessando porém que a agregação das freguesias de Santa Marinha e de São Pedro da Afurada é do seu agrado. Fez depois questão de reiterar a sua opinião de que o atual Executivo se viu confrontado nos dois primeiros anos do seu mandato com uma das piores crises de sempre do nosso país, ao mesmo tempo que teve de fazer frente a um terrível legado das anteriores Juntas, o que acabaria por determinar uma aposta clara nas pessoas, sobretudo nas mais frágeis e carenciadas, em detrimento dos investimentos em betão. E, a este propósito, fez saber que a Câmara Municipal, agora que escapou definitivamente ao Fundo de Apoio Municipal, prepara-se para fazer investimentos consideráveis nas duas freguesias, a que se juntarão alguns dos investimentos próprios da Junta referidos no Plano de Atividades em apreciação. Afirmou depois não admitir que se diga que a forma de estar do atual Executivo nos domínios da Ação Social é igual a que era vivenciada no passado recente, dando como exemplo paradigmático o Programa de Emergência Social, que considerou ser uma grande marca desta gestão e que mereceu a aprovação da Assembleia de Freguesia. Reafirmou de seguida o seu propósito de manter e, se possível alargar, os apoios às coletividades e outras instituições das duas freguesias, comprometendo-se a regulamentar essas comparticipações financeiras a breve trecho. Afirmou depois que o Boletim Informativo propõe-se prestar conta aos cidadãos dos trabalhos realizados e em curso, não tendo sido possível proceder à sua edição nos anos anteriores devido a contingências financeiras, garantindo não ser seu propósito utilizá-lo na campanha eleitoral, como outros terão feito no passado. Quanto ao Quadro Comunitário de Apoio, afirmou que os atrasos na definição dos respetivos programas têm impedido uma

maior agilização na apresentação de candidaturas, estando para já em fase adiantada o projeto de requalificação dos Aprestos dos Pescadores da Afurada. Informou depois que a libertação da Quinta dos Castelos do Fundo Imobiliário a que está associada representa encargos na ordem dos duzentos e quarenta mil euros, pelo que a Câmara Municipal não tomará para já essa opção. E, a terminar, disse não aceitar que alguém afirme que o Presidente da Junta, ou alguém do seu Executivo, tem complexos ideológicos sobre a Revolução do 25 de Abril. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **José Costa**, considerou que qualquer Plano de Atividades é um plano de intenções, como sempre assim foi também nos mandatos dos executivos anteriores, sendo sua convicção de que o que está em discussão é o que mais se aproximará da sua execução integral. E depois de justificar com constrangimentos financeiros a não execução de algumas iniciativas nos anos anteriores, informou que as obras na Quinta da Bela Vista serão concluídas no próximo mês de janeiro. De seguida, discordou que o Orçamento esteja inflacionado, explicando alguns dos aumentos previstos. No capítulo das receitas, afirmou que, ao contrário do que se diz, existe espaço no cemitério para mais jazigos, sendo a sua procura para aquisição muito considerável. Disse depois que a Câmara Municipal procedeu a alguns reforços nas verbas correspondentes aos Acordos de Execução e que a Junta tem procurado criar novas fontes de receita, algumas delas em resultado de colaborações com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e outras instituições de Formação Profissional, em troca da cedência de salas para ações de formação. No capítulo das despesas, chamou a atenção para o Mapa de Pessoal para 2017, onde estão previstas as contratações de um técnico de ação social, um enfermeiro e alguns novos colaboradores para a Brigada de Rua e para o Cemitério Paroquial. E recordou que vai haver um novo enquadramento legal que permitirá integrar no Quadro de Pessoal os técnicos ao serviço da Junta com vínculo precário. Ainda no domínio da despesa, e no que respeita ao aumento de encargos com membros em Regime de Permanência, fez notar que foi recentemente atribuído o regime de meio tempo a um vogal do Executivo. E, a terminar, rejeitou que as iniciativas previstas no Plano de Atividades tenham intenções eleitoralistas, lembrando que todas elas constavam do seu Programa Eleitoral de 2013, como é o caso da Carrinha das Reparações. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ CARLOS COSTA**, da CDU, pediu a palavra para exercício de direito de resposta, afirmando que não fez qualquer acusação de ilegalidade no que respeita aos procedimentos adotados pelo Executivo relativamente às Contas de Gerência de 2015, após a sua rejeição pela Assembleia de Freguesia, considerando no entanto que o facto de não ter sido submetida uma nova versão daqueles documentos a discussão e votação do plenário constitui uma irregularidade, para além de descredibilizar o Executivo. Considerou depois que o Executivo tem vindo sistematicamente a subalternizar Assembleia de Freguesia,

conforme se constata nesta atitude relativa à rejeição das Contas de Gerência, na afirmação do seu Presidente em reunião com o Grupo Parlamentar da CDU de que não tem de acatar das decisões do plenário e na crónica falta prestação de informações ao órgão deliberativo da União de Freguesias. Considerou que estas atitudes são politicamente indesculpáveis, dando um ar de autocracia inaceitável e dificultando o trabalho de fiscalização da Assembleia. E notou que uma regular prestação de informações evitaria alguns pedidos de esclarecimento, como aqueles que fez sobre a posição do Executivo acerca da rede de transportes públicos ou da situação da Quinta dos Castelos. Em relação à questão da precarização, afirmou que não acredita que os trabalhadores precários ao serviço da Junta venha a sofrer qualquer alteração, prometendo no entanto que irá estar atento. No que concerne às referências às questões ideológicas que estão subjacentes às comemorações do 25 de Abril, que terão incomodado o Presidente da Junta, afirmou ser muito natural que existam diferenças entre o Executivo e o seu Grupo Parlamentar, uma vez que ambos representam forças políticas distintas. No que respeita ao Fundo de Apoio Municipal, considerou que a Câmara Municipal acabou por preferir recorrer a um empréstimo bancário para escapar àquele instrumento financeiro público, acabando por arrastar o problema para o futuro, com consequências imprevisíveis. E, a terminar, pediu ao Presidente da Junta menos sobranceria no debate político e maior respeito pela Assembleia de Freguesia. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ COSTA**, do PSD, pediu também a palavra para exercício de direito de resposta, afirmando que a rede social de apoio sempre existiu na antiga Junta de Santa Marinha e que boa parte das iniciativas que o atual Executivo reclama como de sua paternidade já existiam no passado, como é o caso da celebração do Dia do Idoso. E aproveitou para recordar que os apoios financeiros a algumas instituições de Santa Marinha, que o Presidente da Junta realça no Plano de Atividades, também já existiam no passado e com maior alcance e dimensão, como é o caso da comparticipação financeira aos Bombeiros Voluntários de Coimbrões. A terminar, referiu-se ao Cemitério do Paroquial, para afirmar que o Executivo está agora a propor baixar o valor das remissões em dez por cento, depois de ter aumentado o seu valor em cinquenta por cento. E no que respeita aos Jazigos, disse estar convencido que o Executivo não sabe distinguir Jazigos de Sepulturas, e reiterou que não existe espaço que permita o aumento do número de Jazigos, de forma a conseguir obter receitas no valor de cento e cinquenta mil euros, como consta do Orçamento do próximo ano. ----------

- **O DEPUTADO AMÍLCAR ARAÚJO**, do PSD, solicitou a palavra para fazer apenas duas observações sobre o Plano de Atividades, começando por pedir ao Executivo que retifique aquele documento no ponto em que faz referência à "falta de liquidez provocada pelo enorme peso de compromissos assumidos e não pagos pelo executivo da Junta de Freguesia anterior", por isso não corresponder à verdade. E, a terminar,

mostrou-se muito surpreendido por o Executivo projetar a aquisição até ao final do ano de um balancé para o parque infantil da Escola da Afurada de Baixo, equipamento recém-inaugurado, quando o parque da praça Manuel da Silva Reis está despojado de um balancé há mais três anos sem que a Junta se tenha preocupado até hoje com a sua reposição, não percebendo porquê. ----------

- **O DEPUTADO ARTUR OLIVEIRA**, do CDS, solicitou também a palavra para fazer um pedido ao Presidente da Junta, desta feita muito concretamente para que não volte a referir-se às penhoras de que a União de Freguesias foi alvo, sem que distinga muito bem os seus contornos e origens. E fez questão de sublinhar que a antiga Junta de Freguesia de Santa Marinha deixou um saldo positivo de duzentos e vinte mil euros, o que permitiu, aliás, ao atual Executivo fazer face aos problemas que transitaram "da outra Junta", pelo que pediu encarecidamente que, se voltar a falar do passado, saiba distinguir muito bem as coisas. ----------

- **A DEPUTADA ROSA NOVO**, do PS, afirmou que o negócio de concessão do quiosque de gelados celebrado com a empresa Douro Azul podia ter constituído de facto uma excelente fonte de receita se o anterior executivo da antiga Junta de Santa Marinha não tivesse mantido como fonte de energia ao seu funcionamento um quadro elétrico de obra, o que representava encargos muito mais elevados do que era possível e desejável. Considerou depois que a transição de algumas iniciativas para o último ano de mandato, por falta de execução nos anos anteriores, se deveu às dívidas herdadas de uma das antigas Juntas e à diminuição das transferências da Câmara Municipal, que também se encontrava a braços com uma terrível situação financeira herdada do anterior executivo municipal de direita. Relevou de seguida a importância do Programa de Emergência Social, que veio regulamentar e esclarecer critérios nos apoios aos mais carenciados, que deixaram assim de ser atribuídos sem regras e de forma casuística. Afirmou depois concordar com a edição de um Boletim Informativo da Junta, de forma a prestar contas à população das duas freguesias sobre o que foi feito e o que ficou por fazer. Felicitou depois o Executivo por procurar a criação de novas fontes de receitas, como acontece agora com a cedência das salas da Junta para ações de formação promovidas por entidades externas. Regozijou-se também pela futura integração nos quadros de pessoal da Junta dos colaboradores a recibo verde e pela contratação de novos trabalhadores. E, a terminar, referiu-se ao saldo deixado pela antiga Junta de Santa Marinha, afirmando ser inexplicável que se deixe dinheiro nas contas quando se deixa também tanta coisa por fazer. ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ COSTA**, do PSD, pediu a palavra para exercício de direito de resposta à Deputada Rosa Novo, contestando a afirmação de má gestão da antiga Junta de Santa Marinha na questão do Quiosque de Gelados, que rendia mil e duzentos euros mensais à autarquia, acabando por questionar se terá sido melhor a gestão do atual Executivo, que deixou de beneficiar daquela receita ao entregar o Quiosque à empresa Douro Azul.----------

- **O DEPUTADO ADELINO ARAÚJO**, do PS, afirmou que o Plano de Atividades e o Orçamento em apreciação são de facto documentos arrojados, ambiciosos e de difícil execução, mas não inexequíveis. E deu como exemplo o nível de execução dos documentos homólogos do ano passado, onde se regista o cumprimento de muitas das iniciativas previstas e uma grande economia de meios, para estar convicto da viabilidade dos documentos em apreciação, destacando nestes a requalificação dos armazéns de aprestos e a integração de pessoal a recibos verdes no Quadro de Pessoal, entre muitas outras medidas de grande impacto social. -

---

- **O DEPUTADO FRANCISCO CRISTA**, da CDU, começou por se regozijar com a prevista requalificação dos armazéns de aprestos dos pescadores da Afurada, que vem provar que os problemas daquele equipamento podem ser resolvidos sem uma réplica das terríveis cheias de 1962, como profetizou há algum tempo como necessário um dos vários tesoureiros que esta Junta já teve. E, a terminar, considerou pouco corajoso que se peça simplesmente para não se fazer menção "Junta de Freguesia anterior" quando se menciona as dívidas do passado, em vez se pedir que se ponha claramente o nome da Junta responsável por aquela situação, como se quisesse fazer crer que não eram ambas geridas pelos mesmos partidos de direita. --------

- **O DEPUTADO AMÍLCAR ARAÚJO**, do PSD, pediu a palavra para exercício de direito de resposta ao Deputado Francisco Crista, começando por afirmar que não tem problema nenhum que se coloque "o nome às coisas", só que não é a si que compete reescrever o que considera que deve ser expresso de forma clara e sem ambiguidades. E, a terminar, reforçou que gostava de ver alterada a menção feita às dívidas, para maior clareza da sua proveniência, concluindo que não aceita que o ofendam com a acusação de falta de frontalidade. ----------

- **O DEPUTADO FRANCISCO CRISTA**, da CDU, pediu a palavra para exercício de direito de resposta ao Deputado Amílcar Araújo, afirmando que não quis ofendê-lo, sendo sua intenção apenas colocar os "pontos nos is" quanto aos partidos políticos responsáveis pelas dívidas. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **Amílcar Araújo**, começou por afirmar que o Executivo não quis esconder ou escamotear o peso da divida e a sua proveniência, situação que causou aliás grandes constrangimentos à atividade da Junta. A terminar, disse não ter conhecimento da falta de um balancé no parque infantil da Praça Manuel Silva Reis, equipamento cuja manutenção é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, comprometendo-se a colocar o problema aos serviços municipais respetivos. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **Artur Oliveira**, afirmou que o saldo recebido da antiga Junta de Santa Marinha não foi exatamente do montante que referiu, reconhecendo no entanto que esse legado foi muito interessante e positivo. E concluiu dizendo que se a União de Freguesias tivesse

---

herdado duzentos e vinte mil euros da Junta de Santa Marinha, poderia ter resolvido a dolorosa herança da Junta da Afurada. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **José Costa**, e depois de agradecer as palavras de estímulo e reconhecimento pelo trabalho feito dos Deputados Adelino Araújo e Rosa Novo, afirmou que a Junta tudo tem feito para satisfazer as necessidades das duas freguesias, através de uma gestão inteligente e cuidada em defesa do interesse público. Sobre a gestão do caso do Quiosque dos Gelados, sugeriu que o Grupo Parlamentar do PSD faça um Requerimento com a solicitação de todos os esclarecimentos que entenda, porque assim terá oportunidade de lhe recordar tudo o que está expresso no contrato, preto no branco. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, em resposta ao Deputado **Francisco Crista**, afirmou não saber quem foi o tesoureiro que fez referência à necessidade de uma réplica das cheias de 1962 como solução para os problemas de que enfermam os armazéns dos aprestos, coisa que nunca ouviu de ninguém e que repudia em absoluto. E concluiu dizendo que o importante é que a Câmara Municipal, em conjunto com a Administração dos Portos do Douro e Leixões, com o acompanhamento da Junta, encontrou uma solução para a requalificação daqueles armazéns, o que acaba também por resolver os encargos elevados que resultam da sua manutenção. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não havendo mais inscrições para uso da palavra, colocou em votação o Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017 e Plano Plurianual da União de Freguesias, que inclui as seguintes propostas: Autorização para a Delegação de Competências do Município na Junta e Autorização para a Junta estabelecer formas de cooperação com Entidades públicas e privadas, de que resultou a sua **REJEIÇÃO POR MAIORIA** (votos contra do PSD 5, CDS 1, CDU 2 e IND 1 = 9; votos favoráveis do PS 7 = 7; abstenção do BE 1 = 1). ----------

- **O DEPUTADO EDUARDO MATOS**, IND, afirmou, em Declaração de Voto, que a sua decisão de contribuir para a rejeição daqueles documentos resulta da avaliação da atuação do Executivo, que resumiu com quatro "Dês": - "D de Desnorte total; D de Distância política; D de Desilusão profunda; e D de Desgosto tremendo". ----------

- **O DEPUTADO JOSÉ CARLOS COSTA**, da CDU, fez chegar à Mesa da Assembleia a Declaração que se junta a esta Ata como Anexo E – 20.12.2016, onde se fundamenta o voto contra do seu Grupo Parlamentar ao Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017 e Plano Plurianual da União de Freguesia. ----

---

- **OS DEPUTADOS JOAQUIM LEITE**, do PSD, e **ARTUR OLIVEIRA**, do CDS, fizeram chegar à Mesa da Assembleia a Declaração que se junta a esta Ata como Anexo F – 20.12.2016, onde se fundamenta o voto

contra do seus Grupos Parlamentares ao Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017 e Plano Plurianual da União de Freguesia. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, sublinhou a importância da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o bom funcionamento e gestão da Junta de Freguesia, sugerindo, por isso, que o Executivo faça uma reflexão sobre os argumentos aduzidos nesta reunião por todos os Deputados e apresente à Assembleia com a maior brevidade possível uma nova proposta daqueles documentos. ----------

- **O PRESIDENTE DA JUNTA**, a propósito da intervenção do Presidente da Assembleia, afirmou que o Executivo tudo fará para auscultar todos os Grupos Parlamentares no mais breve espaço de tempo, no sentido de recolher os seus contributos por forma a criar condições para a aprovação de uma nova versão destes importantes documentos para a gestão da Junta. ----------

3.3. APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA SOBRE A ATIVIDADE E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO DE FREGUESIAS.

- **O PRESIDENTE DA JUNTA** colocou-se à disposição dos membros da Assembleia de Freguesia para esclarecimento de todas as dúvidas suscitadas pelo documento em apreciação, que se junta a esta Ata como **Anexo G – 20.12.2016**, não tendo sido colocada nenhuma questão. ----------

- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, quando eram zero horas e quinze minutos, não havendo mais nada a tratar, deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata (cuja minuta, que se anexa à presente ata como **Anexo H – 20.12.2016**, foi entretanto APROVADA POR UNANIMIDADE), que depois de lida foi APROVADA por UNANIMIDADE, em reunião realizada a 17.02.2017, e devidamente arquivada. ----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(SALVADOR PEREIRA DOS SANTOS)

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(AUGUSTO JOSÉ CONCEIÇÃO SOARES)